



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24603/2024
Data do Início	07/11/2024
Folha	
Rubrica	

À Comissão de Licitação Permanente,

Assunto: Análise à Impugnação – Pregão Eletrônico 33/2024 – Sinbracom – Sindicato Brasileiro das Distribuidoras de Combustíveis

Trata-se de impugnação do Edital referente ao Pregão Eletrônico de nº 33/2024, interposta pela reclamante SINBRACON – SINDICATO BRASILEIRO DAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEL, quanto aos seguintes tópicos:

1. Suposta necessidade dos índices contábeis complementares ao descrito no Edital;
2. Inconformidade da Licitante quanto aos prazos para instalação de tanques de combustíveis; e
3. Questionamento quanto à exigência do responsável técnico e de atestado de capacidade compatíveis com o objeto da Licitação.

Contudo, nenhum dos itens impugnados pela reclamante possui pertinência, senão vejamos:

1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: DESNECESSIDADE DE NOVOS ÍNDICES CONTÁBEIS

A reclamante alega falta de previsão editalícia quanto às exigências de qualificação econômico-financeira para a habilitação da licitante vencedora. Neste sentido, a Coordenadoria de Licitações manifestou-se às fls. 12/15 apontando que tal requisito de habilitação encontra-se disposto no item 13, alínea “B” do Edital – “HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA”, em conformidade com a minuta padrão elaborada pela Procuradoria Geral do Município.

Ademais, se faz necessário citar o disposto no Art. 69 da Lei 14.133/2023, a saber:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o

Rua Alvares de Castro, 346 -3º Andar – Centro/Maricá

Tel: (21) 2637-2052 (Ramal 311)

admprefmarica@gmail.com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24603/2024
Data do Início	07/11/2024
Folha	
Rubrica	

atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Neste mesmo sentido, a Súmula 275 do TCU determina o seguinte:

SÚMULA TCU 275: *Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.*

Portanto, as exigências são restritas àquelas previstas em lei, revelando-se em rol taxativo/máximo permitido, não se concebendo outras, diversas do explicitado, no que se insere a vedação de demonstração de valores mínimos de faturamento anterior, de índices de rentabilidade e/ou lucratividade e de índices e valores não usualmente adotados.

Consequentemente, a análise da saúde financeira por meio do balanço patrimonial e demonstrações financeiras pode ser comprava por meio da aplicação de coeficientes e índices financeiros que contenham parâmetros atualizados de mercado e se coadunem com as características do objeto licitado.

No caso em análise, o Edital utiliza o ILG como índice para avaliar a saúde financeira da empresa e a sua capacidade em honrar suas obrigações a curto e a longo prazo. Esta Administração entende que tal índice é suficiente, considerando o objeto a ser licitado, as especificidades do mercado e as experiências com contratações anteriores.

O objeto da licitação é o fornecimento da commodity combustível. Como tal, trata-se de um objeto usualmente praticado no mercado, sendo definido no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência como fornecimento de bem de consumo de natureza comum. Dessa forma, a utilização do ILG é compatível com esta espécie de objeto, na medida em que traz uma análise mais

Rua Alvares de Castro, 346 -3º Andar – Centro/Maricá

Tel: (21) 2637-2052 (Ramal 311)

admprefmarica@gmail.com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24603/2024
Data do Início	07/11/2024
Folha	
Rubrica	

abrangente e ajustada com o fornecimento de commodities.

Neste sentido, a jurisprudência do TCU aponta que “de modo geral, para o fim de qualificação econômico-financeira só podem ser exigidos índices usualmente utilizados pelo mercado, sempre de maneira justificada no processo licitatório” (Acórdão n.º 2299/2011-Plenário, TC-029.583/2010-1, rel. Min.-Subst. Augusto Sherman 4 Cavalcanti, 24.08.2011)

Assim, a utilização de outros índices em concomitância com o ILG deve ser justificada pela Administração Pública, de acordo com a complexidade do objeto. No caso em tela, entretanto, a natureza do objeto afasta a imposição de outros índices além do já apontado no Edital. Ao contrário, a exigência de novos índices concomitantes ao ILG apenas dificultará de forma desnecessária a habilitação das empresas licitantes.

Ademais, as licitações anteriores, de mesmo objeto, tiveram as mesmas disposições editalícias quanto à qualificação econômico-financeira das licitantes que aquelas previstas neste Edital. Por sua vez, nas contratações oriundas dessas licitações não ocorreram quaisquer problemas relacionados à capacidade econômica da empresa contratada, que implicassem no descumprimento e inexecução total ou parcial do contrato.

Registre-se que a empresa atualmente contratada para o fornecimento de combustível teve a sua habilitação analisada nos exatos termos propostos neste Edital, sendo certo que não foram apontados pela fiscalização do contrato quaisquer intercorrências econômico-financeiras.

Assim, pelas experiências anteriores desta Administração Pública, os critérios de qualificação econômico-financeiro previstos no Edital são suficientes para atestar a capacidade da empresa em executar o contrato e garantir a sua execução a contento, inexistindo justificativa para acrescentar novos índices.

Igualmente, cabe apontar que o mercado de distribuição de combustível é regulado pela ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, sendo certo que tal Agência Reguladora exige da empresa distribuidora “capital social integralizado de, no mínimo, R\$ 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais)” para conferir a autorização para que esta possa atuar no mercado de distribuição de combustível, conforme se vê do Art. 3º e 4º da Resolução ANP nº 950/2023 abaixo colacionado:

Art. 3º A atividade de distribuição de combustíveis líquidos somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que atender, em caráter permanente, ao disposto nesta Resolução e possuir autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica outorgada pela ANP.

Art. 4º A outorga da autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos dependerá da apresentação, pela pessoa jurídica interessada, de:

Rua Alvares de Castro, 346 -3º Andar – Centro/Maricá

Tel: (21) 2637-2052 (Ramal 311)

admprefmarica@gmail.com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24603/2024
Data do Início	07/11/2024
Folha	
Rubrica	

I - requerimento da interessada, assinado por responsável legal ou por preposto, acompanhada de cópia de instrumento de procuração do preposto e do respectivo documento de identificação, quando for o caso;

II - ficha cadastral preenchida, conforme modelo disponível no sítio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp), indicando o estabelecimento administrativo e os estabelecimentos de distribuição de combustíveis líquidos, assinada por representante legal ou por preposto, acompanhada de cópia de documento de identificação do responsável legal ou de cópia de instrumento de procuração do preposto e do respectivo documento de identificação, quando for o caso;

III - comprovante de regularidade da inscrição e da situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da matriz e, quando couber, das filiais relacionadas com a atividade de distribuição de combustíveis líquidos, em nome da interessada e no endereço da instalação, possuindo como atividade o comércio atacadista de etanol, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por TRR, de acordo com a classificação nacional de atividade econômica (CNAE);

IV - comprovante da regular inscrição estadual emitido pelo órgão fazendário estadual competente, da matriz e, quando couber, das filiais relacionados com a atividade de distribuição de combustíveis líquidos, em nome da interessada e no endereço da instalação, possuindo como atividade o comércio atacadista ou de distribuição de combustíveis;

V - cópia da versão atualizada dos atos constitutivos da pessoa jurídica interessada, devidamente arquivados na Junta Comercial, que tenha como objeto o comércio atacadista ou a distribuição de combustíveis líquidos;

VI - certidão da Junta Comercial contendo histórico com todas as alterações dos atos constitutivos da pessoa jurídica;

VII - certidão simplificada da Junta Comercial atualizada, da qual conste o capital social integralizado de, no mínimo, R\$ 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais);

VIII - comprovação do Certificado de Registro Cadastral (CRC), emitido mediante atendimento aos níveis I, II e III, perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), constando todos os documentos no prazo de validade, da matriz e, quando couber, das filiais relacionadas com a atividade de distribuição de combustíveis líquidos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24603/2024
Data do Início	07/11/2024
Folha	
Rubrica	

IX - memorial descritivo dos fluxos logísticos de suprimento, transporte e armazenagem; e

X - comprovação de propriedade de pelo menos uma instalação de armazenamento e de distribuição de combustíveis líquidos ou de fração ideal em base compartilhada, que atenda aos requisitos de obtenção da autorização de operação, conforme Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, a qual será outorgada conjuntamente com a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica, com capacidade total mínima de armazenagem de 750m³, em local compatível com o memorial de fluxos logísticos apresentado.

Note-se que a distribuidora deverá manter tais condições durante toda a sua operação, caso contrário terá a autorização para o exercício da atividade revogada pela ANP, vejamos:

Art. 22. O distribuidor de combustíveis líquidos obriga-se a:

I - manter atualizados os documentos relativos à outorga da autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica, à exceção do inciso VIII do art. 4º, assim como os documentos referentes ao processo de autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da filial;

(...)

Art. 24. A autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica é outorgada em caráter precário e será:

I - cancelada nos seguintes casos:

- a) extinção da pessoa jurídica, judicial ou extrajudicialmente;*
- b) por decretação de falência da pessoa jurídica; ou*
- c) por requerimento do distribuidor; ou*

II - revogada, a qualquer tempo, mediante declaração expressa da ANP, quando comprovado em processo administrativo, com garantia do contraditório e ampla defesa:

a) que deixou de atender aos requisitos que condicionaram a concessão da autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica, à exceção do inciso VIII do art. 4º, estando sujeito à aplicação de medida cautelar, independente da instauração do processo de revogação, nos termos do inciso II do art. 5º da Lei nº 9.847, de 1999, inclusive quando:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24603/2024
Data do Início	07/11/2024
Folha	
Rubrica	

1. *tiver a condição no CNPJ ou na inscrição estadual, da matriz ou do estabelecimento filial, utilizado para a comprovação da exigência constante no inciso X do art. 4º, em situação cancelada, suspensa, inapta, baixada ou similar; ou*
 2. *não atender ao inciso X do art. 4º;*
- b) que o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica não foi iniciado no período de cento e oitenta dias após a publicação da autorização no DOU;*
- c) que houve paralisação injustificada da atividade de distribuição de combustíveis líquidos, não tendo apresentado comercialização de combustíveis no período de cento e oitenta dias;*
- d) que não apresentou comercialização de combustíveis líquidos, por noventa dias seguidos, na instalação de armazenamento e de distribuição de combustíveis líquidos autorizada quando da outorga da autorização, nos termos do inciso X do art. 4º;*
- e) que não encaminhou à ANP, por três meses consecutivos, a informação sobre sua comercialização de combustíveis líquidos nos termos do art. 23;*
- f) que não apresentou comercialização de combustíveis líquidos, nos últimos noventa dias, em volume compatível com o apresentado nos fluxos logísticos de suprimento, transporte e armazenagem, nos termos do art. 5º, na instalação utilizada para comprovação do inciso X do art. 4º;*
- g) que a atividade está sendo executada em desacordo com esta Resolução;*
- h) que há fundadas razões de interesse público, justificadas pela autoridade competente; ou*
- i) que a pessoa jurídica teve pena aplicada com base no art. 10 da Lei nº 9.847, de 1999.*

Neste sentido, o item 13, alínea “E.4”, do Edital determina como requisito de qualificação técnico-operacional a empresa licitante tenha “*autorização para exercer a atividade de distribuidor, conforme Resolução ANP nº 950, de 05 de outubro de 2023*”.

Logo, a própria autorização da ANP (além de salvaguardar a capacidade técnica) indica a capacidade econômica da empresa a ser contratada em cumprir os termos do contrato. Por tais razões, quaisquer exigências a mais serão injustificadas, desnecessárias e poderão ferir a competitividade do certame.

2. DA INDICAÇÃO DE ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PARA A INSTALAÇÃO DE TANQUES DE COMBUSTÍVEL

A reclamante alega, ainda, que o Edital deveria exigir que os licitantes comprovem possuir em seu quadro técnico engenheiro que se responsabilizará pela instalação dos equipamentos de abastecimentos, como requisito para habilitação técnica.

Inicialmente cabe esclarecer que **a exigência de engenheiro no quadro funcional da empresa não se apresenta medida razoável como qualificação técnica para o objeto desta**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24603/2024
Data do Início	07/11/2024
Folha	
Rubrica	

licitação, senão vejamos.

A qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, na forma do Art. 67 da Lei 14.133/2021, envolve a comprovação de que o licitante já executou, de modo satisfatório, atividades similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação.

Com isso, no que toca à qualificação técnico-profissional, o Inciso I do Art. 67 aponta a necessidade de apresentação de profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra, o que não se coaduna com o serviço objeto desta licitação.

Por sua vez, conforme análise do Estudo Técnico Preliminar, melhor se coaduna com a necessidade desta licitação o atestado técnico-operacional para o fornecimento de bens com características semelhantes ao objeto a ser contratado e a necessidade de registro da empresa licitante na ANP.

Ademais, os §§ 1º e 2º do mencionado dispositivo legal apontam “*que será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas*” de “*maior relevância*”, assim entendida como “*as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação*”. No caso em tela, tal parcela se refere ao fornecimento de combustível, sendo o comodato de equipamentos não oneroso e de menor relevância.

Portanto, não é possível a exigência de qualificação técnico-profissional da parcela de menor relevância, eis que fere a competitividade do certame. Neste sentido está a jurisprudência do TCU, abaixo colacionada:

“Restringe a competitividade do certame a exigência de atestados de capacidade relativos a parcelas de menor importância do objeto da licitação, sobretudo àquelas que tenham previsão de subcontratação no edital.” (Acórdão 6219/2016-Segunda Câmara, Relator Ana Arraes)

Dessa forma, em que pese o alegado pela reclamante, a indicação de engenheiro é necessária para a execução contratual e não para a demonstração da capacidade técnico-operacional da empresa licitante. Portanto, descabe à Administração Pública exigir que as licitantes, ainda na fase anterior à execução do serviço, indiquem o profissional responsável pela instalação de equipamentos em comodato, tendo em vista que as empresas nessa fase se encontram apenas na posição de licitante, sem qualquer confirmação de possível contratação.

Outrossim, consta no Edital e seus anexos que a instalação dos tanques, bombas e demais equipamentos correlacionados deve seguir as normas técnicas da NBR 7505-1 e estarem de acordo com as normas técnicas da ABNT de segurança, o que, no entender desta Administração, são suficientes para a exigir da contratada o cumprimento das normas aplicáveis à instalação dos tanques, inclusive quanto à presença de um engenheiro responsável pelo serviço.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24603/2024
Data do Início	07/11/2024
Folha	
Rubrica	

Logo, na medida em que as exigências ambientais e técnicas para a instalação de equipamentos e a própria especificação dos tanques se encontram em normas técnicas, torna-se desnecessária a sua reprodução do Edital e no Termo de Referência, eis que são de responsabilidade da contratada.

Aponte-se que compete à Administração Pública definir a qualificação técnica de forma razoável e no que seja indispensável a garantia do cumprimento das obrigações, de forma crível e compatível com o objeto da licitação. Ao mesmo tempo, tal exigência não deve ser excessiva para que não haja uma restrição na competitividade do certame. Desta forma, o procedimento licitatório deve ser o mais abrangente possível, possibilitando o maior número possível de concorrentes, a fim de possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa.

Portanto, entende-se que as exigências previstas no edital devem se restringir a comprovações mínimas de que o interessado tem condições de ofertar o bem ou serviço, sem trazer exigências desarrazoadas que frustrem a participação do maior número de interessados possíveis. No caso em tela, as exigências trazidas no Edital são suficientes e razoáveis ante à execução da parcela de maior relevância do certame.

3. DO PRAZO PARA A INSTALAÇÃO DE TANQUES DE COMBUSTÍVEL

No que se refere ao prazo de 60 dias estabelecidos no Edital para a instalação dos tanques em comodato, a reclamante alega que o mesmo é muito longo e poderia prejudicar o abastecimento de combustível da Prefeitura. Para tanto, aponta que o prazo deveria ser de apenas 10 dias.

Tal tema reflete a governança da Administração Pública quanto à gestão de seus contratos, sendo certo que a razoabilidade dos prazos foi objeto de análise da equipe técnica desta Secretaria.

De plano, cabe esclarecer que a gestão do contrato atual e do novo contrato será realizada por tal equipe de forma a manter a continuidade do serviço, considerando as necessidades técnicas e ambientais para a desmobilização do contrato em andamento e a mobilização do futuro.

Assim, o prazo definido em Edital se refere somente à instalação de tanques por parte da empresa que venha a ser contratada. Por sua vez, a retirada dos equipamentos provenientes do contrato em vigência e seu respectivo prazo é de matéria da gestão do contrato atual.

Portanto, a Administração Pública entende que o prazo definido em Edital é razoável, considerando a sua governança, planejamento e a gestão de ambos os contratos, questões estas afetas a discricionariedade do administrador.

Além disso, entende-se que se deve conceder um prazo razoável para que a contratada realize as medidas necessárias para a aquisição e instalação de tanques e equipamentos, de forma a observar as ações de proteção ambiental exigidas pela lei e pelo Edital, bem como a continuidade do serviço



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24603/2024
Data do Início	07/11/2024
Folha	
Rubrica	


dentro da realidade das demandas e condições técnicas do Posto de Abastecimento do Município de Maricá, segundo o analisado na fase de planejamento desta licitação.


Consequentemente, 10 dias podem ser suficiente para uma empresa que é contratada pela Prefeitura continuar um serviço prestado, mas pode não ser suficiente para uma nova empresa realizar as adaptações no Posto de Abastecimento. **Com isso, a diminuição do prazo tende a ferir a competitividade.**

4. CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, esta Administração entende que as disposições editalícias respeitam aos princípios da competitividade e razoabilidade, razão pela qual **indefero os pedidos da Impugnação em sua totalidade.**

Maricá, 11 de novembro de 2024.


Marcos Assumpção Andrade
Subsecretário de Compras
Matrícula 7449


Maria José de Andrade
Secretária de Administração
Matrícula 109.607